

Sarney - Discurso

# "A grande obra do governo não será em concreto nem terá placas: será o compromisso de melhorar a vida do povo. Nossa tarefa, a grande tarefa de reconstruir o Brasil, não é impossível. É verdade que encontramos o caos. Mas o quadro já mudou."

21 FEV 1986

JORNAL DA TARDE

(Do presidente José Sarney aos seus ministros)

Senhores ministros. Mais uma vez reúno o Ministério para a avaliação do trabalho. Desta vez com a presença de novos membros, recrutados para a tarefa árdua de prosseguir na construção da Nova República. Agradeço a colaboração dos que nos deixaram, a eles devo uma grande contribuição, pois suas participações correspondem a um período difícil de muitos obstáculos. Vamos ter um ano de grandes transformações, mas estamos preparados para o desafio. E convoco os senhores a viverem comigo os difíceis problemas da Administração e da Política, no momento em que a história do Brasil põe à prova a fibra e a coragem dos seus homens públicos. Com sacrifício, lealdade, impostergável comportamento moral tenho procurado desempenhar o meu cargo. A Nação jamais cobrará de mim qualquer desvio nesta trajetória. Só tenho um objetivo: cumprir com o meu dever; e uma só obrigação: servir ao meu País. Serei invulnerável a qualquer pressão para afastar-me deste caminho. Estou íntegro para esta obstinação, assim como quem caminha para um encontro com o destino.

O governo não tem compromissos, quando o compromisso maior é a Nação, o interesse nacional, a vontade nacional. O governo é do povo. O governo sabe que só é legítimo quando o povo e se sente no poder e quando o poder está no povo. Adotamos a prioridade pela área social, pelos pobres e todo o nosso esforço tem de ser concentrado para atingir essa meta. O governo optou pela soberania e independência, pelo desenvolvimento, pela identidade cultural e pela liberdade. O governo disse não à recessão, ao arrocho salarial, ao desemprego, à violência e disse sim à reforma agrária, à participação dos trabalhadores nos órgãos de decisão, à austeridade, ao equilíbrio das contas públicas e ao trabalho. O governo não é elitista, nem conservador, nem é dogmático e também não é ideológico, é um governo aberto, democrático, sensível às

reivindicações populares, crente nos valores da iniciativa privada mas vigilante contra os seus desvios, como os acordos de preço, como os cartéis e os abusos do poder econômico.

Aqui estamos todos reunidos para prosseguir nesta caminhada e é para esta tarefa que eu convido todos os senhores. A continuarmos a fazer um governo que almeja entrar na História pelos avanços sociais e pela criação de um estado social de direito.

Senhores ministros, mais uma vez reitero o compromisso da Aliança Democrática, sagrado nas praças públicas por Tancredo Neves, pedra e mármore da História. Reafirmo perante o Ministério aqui reunido que nosso caminho é o caminho das transformações e da evolução democrática. Para isto temos que persistir na busca da conciliação, um dos postulados do compromisso assumido pela Aliança Democrática. No documento constitutivo desta aliança está expresso: "Só a coesão nacional em torno de valores comuns e permanentes pode garantir a soberania do País, assegurar a paz, permitir o progresso econômico e promover a justiça social". Se o invoco neste momento é, sobretudo, para renovar a convicção de que meu governo mantém-se fiel às suas origens, aos seus compromissos e aos seus objetivos.

Ao reformular a equipe que constitui o atual Ministério usei de minha prerrogativa constitucional de escolher os meus auxiliares diretos, uma faculdade que faz parte do regime republicano presidencialista. Nem por isso, no entanto, deixei de ter presente o ideário político que alicerça a Aliança Democrática. O cumprimento desse objetivo permanente da democracia exige necessariamente uniformização de pontos de vista pessoais dos ministros, enquanto membros do governo, em sintonia na atuação harmônica dos integrantes do Ministério, auxiliares do presidente e perante eles, ele responsável. Como detentores de cargos po-

líticos temos vínculos partidários que devem, podem e precisam ser mantidos e respeitadas. Mas nossos compromissos maiores são com o País, com sua tranquilidade e restauração democrática, e nisso devemos estar todos empenhados e somos todos parceiros desta luta.

Esta reunião é, portanto, uma continuação: continuação de um trabalho iniciado há 11 meses. No último dia 15, quando dei posse àqueles que passaram a integrar o Ministério procurei mostrar o sentido da reforma ministerial. Insisto por isto, nos conceitos fundamentais que deram sentido às minhas palavras naquela ocasião: lealdade, responsabilidade, senso de dever e trabalho. A ordem, portanto, é a eficiência, a eficácia.

As modificações que empreendi devem-se juntar ao ritmo que procuro imprimir ao governo e à evolução da complexa situação política e econômica do Brasil. Os senhores, como ministros de Estado, receberam, por meu intermédio, um mandato de toda a Nação. Cumprimos nestes meses passados uma árdua tarefa das mudanças institucionais. A liberdade transfigurou-se em medidas que devolveram ao povo brasileiro o pleno exercício da soberania. Transformou-se a face institucional do País: o restabelecimento de eleições diretas em todos os níveis; a convocação da Assembléia Nacional Constituinte; o reconhecimento do direito de voto do analfabeto; a liberdade de organização partidária; a reformulação de leis trabalhistas; a liberdade de expressão e de comunicação. O País foi às urnas em demonstração cívica irrepreensível; o Congresso — e aqui agradeço na pessoa do senador Gueiros a ajuda que o Congresso e as nossas lideranças têm nos dado; o Congresso participou ativamente das decisões sobre os destinos do País, fazendo da representação o instrumento maior da participação reconquistada. O desenvolvimento e o crescimento econômico não foram metas apenas distantes mas diretrizes concretas que animaram e deram sentido à ação do governo na área

econômica, revertendo a recessão. A retomada do crescimento é uma realidade que se evidencia nos indicadores econômicos pela elevação do nível real dos salários em cerca de 15%, pela criação de perto de dois milhões de empregos, pela manutenção de elevados saldos comerciais no intercâmbio com o Exterior. Esses resultados positivos certamente ainda estão longe de poder atender à expectativa reprimida por anos de recessão ou distorção na distribuição social e regional da renda. Mas a opção pelo social foi programa e também realização. Nenhuma iniciativa foi tomada sem levar em conta a necessidade urgente de resgatarem a imensa dívida social e moral que este país contraiu ao longo de sua História. A ênfase ao desenvolvimento, ao crescimento, ao emprego, ao crescimento real dos salários foi na verdade corolário desta opção. O Brasil não será uma grande nação enquanto a maioria de sua população viver abaixo dos índices de pobreza absoluta, enquanto reinar a desigualdade de oportunidades, enquanto não levar ao campo social e econômico as conquistas que nós alcançamos no plano político. Aí está a inspiração para a reforma agrária que o governo propôs, atento à urgência da estabilidade e harmonia do campo para nele reforçar a produtividade e a capacidade da iniciativa. Eis aí a inspiração para a grande prioridade atribuída à educação, ao abastecimento popular, à irrigação no Nordeste e a todos os programas assistenciais do governo.

A gestão da economia prescindiu de ingerências que maculavam a nossa soberania e impunham soluções distanciadas dos interesses mais legítimos da sociedade brasileira. O patrimônio de nossa diplomacia, construído ao longo de século e meio, foi valorizado sob o signo do novo, sob o signo da democracia.

Senhores ministros, se os cinco pontos que formam a plataforma do governo foram aos poucos transformando-se em realidade ao longo destes meses, muito mais ainda

resta a fazer. Esses pontos são objetivos, são balizas que orientam a ação de vossas excelências.

Vimos para promover mudanças, para tornar eficaz a ação do governo, para servir a esta grande nação. Determino a agilização de todos os mecanismos que possam garantir a persistência do crescimento com o combate à inflação. Contenção criteriosa do setor público, valorização da produção e do trabalho, em detrimento da especulação financeira; saneamento das estatais; incremento real da produtividade do governo; simplificação da legislação e aplicação de uma criteriosa política fiscal e tributária. O setor social deve dar prioridade ao combate à miséria e à fome; a urgência de programas de alimentação, saúde e assistência social não nos deve fazer perder de vista a necessidade de empreender ações de longo prazo que visem a garantir a educação e o trabalho de todos os brasileiros. A assistência governamental deve garantir o direito dos mais pobres no que se refere à Previdência Social, à assistência médica, à educação gratuita e ao trabalho. Tenho nos senhores uma equipe coesa que me permitirá seguir nos esforços que a boa administração do País exige de todos nós. A nossa missão é uma missão desafiadora, mas para superá-la têm os senhores a garantia do reconhecimento do governo e da sociedade nos acertos e nos êxitos e da lealdade e da franqueza nos insucessos. O que nos faltar em recursos deve sobrar-nos em criatividade. Não teremos problemas assim a enfrentar, mas soluções a encontrar. Agradeço igualmente aos ministros que permaneceram em seus postos.

Esta reunião é feita para traçar diretrizes. O Ministério é uma equipe que tem que ter espírito de equipe, agir como um corpo único, em que a ação do governo decidida não tem limites de competência, é de todos.